



ANEXO I DO EDITAL DE CONCURSO/XICP/PGE/MS/N.º 001, DE 10 DE MARÇO DE 2009.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GRUPO I:

I - DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 - Teoria da Constituição.
- 2 - Poder Constituinte.
- 3 - Hermenêutica Constitucional e Interpretação Constitucional.
- 4 - Supremacia da Constituição.
- 5 - Jurisdição Constitucional.
- 6 - Controle de Constitucionalidade e Processo Constitucional.
- 7 - Aplicabilidade das normas constitucionais.
- 8 - Princípios Fundamentais da Constituição.
- 9 - Direitos e Garantias Fundamentais: Teoria Geral.
- 10 - Direitos Individuais e Coletivos.
- 11 - Direitos Sociais
- 12 - Nacionalidade, Direitos Políticos e Partidos Políticos.
- 13 - Federação Brasileira na Constituição de 1988.
- 14 - Organização do Estado Brasileiro.
- 15 - Poder Legislativo (União, Estados-membros, DF e Municípios).
- 16 - Processos Legislativos da União e do Estado de Mato Grosso do Sul.
- 17 - Poder Executivo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).
- 18 - Poder Judiciário (União, Estados, Distrito Federal e Territórios).
- 19 - Funções Essenciais à Justiça.
- 20 - Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
- 21 - Sistema Tributário Nacional.
- 22 - Finanças Públicas.
- 23 - Ordem Econômica. Intervenção no domínio econômico. Monopólios estatais. Recursos minerais e de energia hidráulica.
- 24 - Ordem Social.
- 25 - Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.

II – DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 1 - Princípios da Ordem Social.
- 2 - Seguridade Social.
- 3 - Previdência Social.
- 4 - Assistência Social.
- 5 - Saúde.
- 6 - Regime Geral da Previdência Social.
- 7 - Regimes Próprios da Previdência Social.
- 8 - Previdência Complementar.
- 9 - Contribuições Sociais.
- 10 - Custeio.
- 11 - Benefícios.
- 12 - Beneficiários (Segurados e Dependentes).
- 13 - Serviços.
- 14 - Ação Previdenciária.
- 15 - Acidente de Trabalho.
- 16 - Seguro-desemprego.
- 17 - Prescrição e Decadência.
- 18 - Seguridade Social e Constituição de 1988.



19 - Legislação federal: Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991 e alterações posteriores; Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991 e alterações posteriores; Lei n.º 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e alterações posteriores; Lei n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998 e alterações posteriores; Lei n.º 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações posteriores e Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004 e alterações posteriores.

20 - Regime de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul – MSPREV.

III – DIREITO AMBIENTAL

1 - Direito Ambiental e Constituição Federal.

2 - Competência em matéria ambiental.

3 - Princípios gerais.

4 - Bens ambientais.

5 - Política Nacional do Meio Ambiente.

6 - O Sistema Nacional de Proteção Ambiental.

7 - Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente.

8 - ICMS Ecológico: Lei Complementar n.º 057, de 04 de Janeiro de 1991; Lei Complementar n.º 077, de 07 de Dezembro de 1994; Lei n.º 2.193 de 18 de Dezembro de 2000 e Lei n.º 2.259, de 9 de Julho de 2001.

9 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

10 - Limitações à propriedade de cunho ambiental.

11 - Responsabilidade por dano ambiental.

12 - Licenciamento em matéria ambiental.

13 - Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

14 - A proteção do meio ambiente em juízo.

GRUPO II

I - DIREITO ADMINISTRATIVO

01 - Direito Administrativo. Origem. Conceito. Objeto. Direito Administrativo Comparado.

02 - Administração Pública. Conceito. Regime jurídico administrativo. Princípios constitucionais e infraconstitucionais.

03 - Organização Administrativa. Estrutura Administrativa. Administração direta e indireta. Órgãos públicos. Autarquias. Agências reguladoras e executivas. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedade de Economia Mista. Terceiro Setor. Entes de cooperação. Serviço Social Autônomo. Entes de apoio. Organização Social. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

04 - Atos administrativos. Requisitos ou Elementos. Características. Atributos. Efeitos. Vinculação e Discricionariedade. Motivação. Classificação. Espécies. Perfeição, validade e eficácia. Extinção. Invalidação. Convalidação. Revogação. Irregularidades formais. Controle. Prescrição e decadência.

05 - Poderes e Deveres Administrativos. Poderes políticos. Poderes administrativos. Características. Poder regulamentar e o regulamento no Direito brasileiro. Deveres do Administrador público. Poder de polícia. Hierarquia administrativa.

06 - Agentes públicos. Conceito. Classificação. Cargos públicos. Provimento, criação, transformação, desnecessidade e extinção de cargos públicos. Classe. Carreira. Quadro. Servidores públicos (civis e militares). Concurso público. Formas de provimento. Efetividade, Estabilidade e Vitaliciedade. Vacância. Exoneração. Direitos e Vantagens dos servidores públicos. Remuneração. Vencimento. Vantagens pecuniárias. Subsídio. Férias. Licenças. Concessões. Sindicalização. Greve. Tempo de serviço. Extinção do vínculo. Aposentadoria. Disponibilidade. Deveres, proibições e responsabilidades dos agentes públicos. Acumulação de cargos. Abuso de poder. Penas disciplinares. Sanções penais e civis. Crimes contra a Administração Pública. Demissão. Empregados públicos. Regime estatutário e celetista. Contratação temporária. Enriquecimento ilícito. Improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/92). Agentes militares. Limites de gastos com pessoal.

07 - Processo administrativo. Princípios. Modalidades. Prescrição. Coisa julgada administrativa. Processo administrativo disciplinar. Sindicância.



08 - Licitações. Legislação (Constituição Federal, Lei n.º 8.666/93 e legislações posteriores). Modalidades. Pregão (Lei n.º 10.520/2002). Procedimento. Exclusão da obrigação de licitar. Fases da licitação. Revogação, invalidação e desistência da licitação. Controle da licitação.

09 - Contratos administrativos. Aspectos gerais. Conceito. Elementos. Características. Requisitos de validade. Espécies. Formalização do contrato administrativo. Execução do contrato administrativo. Alteração do contrato administrativo. Inexecução do contrato administrativo. Controle pelo Tribunal de Contas. Extinção do contrato administrativo. Contratos em espécie.

10 - Serviços públicos. Regime jurídico administrativo. Descentralização. Delegação. Concessão. Permissão. Autorização. Remuneração. Política tarifária Retomada do serviço. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço. Instituição, regulamentação, execução e controle. Classificação. Princípios. Requisitos. Direitos e deveres dos usuários. Suspensão da prestação. Greve. Convênios. Consórcio público. Parcerias Público-Privadas (PPP's). Contrato de gestão. Termo de parceria.

11 - Atuação ou Intervenção do Estado no Domínio Econômico (Ordem Econômica). Conceito. Evolução. Competência interventiva. Fundamentos. Teoria do Estado Mínimo. Quadro constitucional. Formas de atuação. Meios interventivos. Monopólio. Oligopólio. Monopsônio. Oligopsônio.

12 - Bens públicos. Conceito. Espécies. Regime dos bens públicos móveis e imóveis. Afetação e desafetação. Venda, permuta, doação, aforamento, locação, concessão de direito real de uso, autorização, cessão e permissão de uso, incorporação ao capital de sociedade, dação em pagamento, alienação. Usucapião. Investidura. Gestão patrimonial. Domínios públicos. Domínio terrestre. Terras devolutas. Domínio hídrico. Regime das águas. Domínio aéreo.

13 - Intervenção ou Limitação do Estado na Propriedade. Noções gerais. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Parcelamento e edificação compulsórios. Proteção ecológica. Intervenção sancionatória. Poder de Polícia. Modos de atuação. Espécies. Desapropriação. Fundamentos e Requisitos. Objeto. Espécies. Beneficiários. Desapropriação indireta, parcial, por zona, para urbanização e reurbanização. Direito de extensão. Desapropriação com títulos da dívida pública. Procedimento expropriatório. Efeitos. Indenização e seu pagamento. Retrocessão. Tredestinação. Desvio de finalidade. Consumação da desapropriação. Imissão provisória na posse. Controle. Pagamento da indenização. Desistência da desapropriação.

14 - Gestão financeira. Administração orçamentária. Orçamento. Receita e despesa. Execução orçamentária. Endividamento público: limites e competências. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 4.5.2000). Normas de Direito Financeiro (Lei n.º 4.320, de 17.3.1964).

15 - Controle interno e externo da Administração. Conceito de controle e sua abrangência. Hierarquia e subordinação. Vinculação. O controle interno na Administração. Controle das entidades descentralizadas. Controle externo da Administração. Controle externo pelo Poder Judiciário. Prescrição e decadência no âmbito administrativo.

16 - Responsabilidade civil do Estado: Responsabilidade subjetiva e objetiva. Excludentes. Características do dano reparável. Responsabilidade civil do Estado no Brasil. Reparação do dano e direito de regresso. Responsabilidade do Estado por atos legislativos e judiciais.

II – LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL DO ESTADO

1 - Lei Complementar (Estadual) nº 95, de 26 de dezembro de 2001 (Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado) e alterações posteriores.

2 - Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado - Resolução PGE/MS/Nº 017/2000, de 25 de maio de 2000, publicado no DOE nº 5.273, de 29 de maio de 2000, e alterações posteriores.

3 - Lei (Estadual) nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, e alterações posteriores (Estatuto do Servidor Público Civil do Estado).

4 - Lei (Estadual) nº 3.345, de 22 de dezembro de 2006, e alterações posteriores (Reorganiza a Estrutura Básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul, alterando a Lei nº 2.152, de 26 de outubro de 2000, e as Leis que a modificaram, e dá outras providências.)



5 - Lei (Estadual) nº 2.152, de 26 de outubro de 2000, e alterações posteriores (Organiza a Estrutura Básica do Poder Executivo do Estado).

6 - Lei (Estadual) nº 2.065, de 29 de dezembro de 1999, e alterações posteriores (Plano de Cargos, Empregos e Carreira da Administração Direta e Indireta do Estado).

GRUPO III:

I - DIREITO TRIBUTÁRIO

1 - Caracterização e posição do Direito Tributário no quadro do Direito. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Fontes do Direito Tributário. Normas gerais de direito tributário. Legislação tributária. Vigência, aplicação, integração e interpretação da legislação tributária.

2 - Sistema Tributário Nacional. Tributos: conceito, classificação, espécies. Imposto, taxa, contribuição de melhoria, contribuições, empréstimo compulsório, preço público. Competência tributária. Imunidade, isenção, não incidência. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Federalismo fiscal. Repartição das receitas tributárias.

3 - Princípios tributários. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade. Normas tributárias em sentido amplo e estrito. A norma de incidência tributária. Aspectos materiais, temporais, espaciais e quantitativos da norma de incidência tributária.

4 - Processo legislativo tributário: Emenda Constitucional, Lei Complementar Tributária, Lei Ordinária e Medida Provisória, Decreto Legislativo, Resoluções do Senado, Tratados e Convenções Internacionais. Convênios interestaduais do ICMS. Controle da constitucionalidade da lei tributária. Controle difuso e concentrado. A declaração de constitucionalidade em matéria tributária e seus efeitos. Repetição do indébito. Ação Civil Pública em matéria tributária.

5 - Relação jurídica tributária. Obrigação e crédito tributário. Fato gerador e alíquota. Fato gerador e hipótese de incidência. Lançamento tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Suspensão e extinção do crédito tributário. Anistia e remissão. Denúncia espontânea. Prescrição e decadência.

6 - Sujeito ativo. Delegação de competência. Modificação do sujeito ativo por desmembramento constitucional. Titularidade do produto da arrecadação do tributo. Sujeito passivo. Contribuinte e responsável. Solidariedade, capacidade tributária e domicílio tributário. Responsabilidade tributária.

7 - Infrações e sanções em matéria tributária. A natureza das penalidades tributárias. Crimes contra a ordem tributária. Evasão, elisão, fraude e sonegação fiscal. Ação penal em matéria tributária. Extinção da punibilidade.

8 - Processo tributário judicial. Contencioso fiscal. Execução fiscal. Mandado de segurança em matéria tributária. Ações declaratórias, anulatórias e de consignação em pagamento. Ação rescisória. Medidas cautelares e antecipação de tutela em matéria tributária. Suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. Ação Cautelar Fiscal (Lei Federal nº 8.397/92 e alterações posteriores). Privilégios do crédito tributário.

9 - Processo Tributário Administrativo. Natureza jurídica. Processo e Procedimento. Princípios. Provas. Atos administrativos tributários. Nulidades e vícios processuais. Órgãos julgadores administrativos. Depósito em garantia de instância. Consulta tributária. Auto de lançamento e imposição de multa. Inscrição em dívida ativa. Lei Estadual nº 2.315 de 25/10/2001.

10 - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). Natureza e regime dos créditos fiscais. Regimes de Substituição Tributária do ICMS. Lei Complementar Federal nº 87 de 13/09/1996 e alterações posteriores. Código Tributário Estadual (Lei Estadual nº 1.810/97 e alterações posteriores). Regulamento Estadual do ICMS (RICMS – Decreto Estadual nº 9.203/98 e alterações posteriores). ICMS na importação. ICMS na Exportação. Convênios de ICMS. CONFAZ. Lei Complementar Federal nº 24/75 e alterações posteriores.

11 - Imposto causa mortis e doação (ITCD). Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Taxas estaduais. Taxas judiciárias

12. Imposto municipal sobre Serviços (ISS). Serviços compreendidos na competência municipal e estadual. Relações ente ISS e ICMS. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).



13 - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR). Contribuições sociais, econômicas e profissionais. Contribuições sociais dos Estados. Empréstimo compulsório. Taxas.

14 - Administração tributária. Exercício das atividades de fiscalização. Exame e retenção de bens, coisas e documentos. Dever de sigilo e auxílio de força pública. Certidões tributárias. Garantias do administrado. Limites constitucionais à ação fiscalizatória. Fiscalização Tributária e o Sigilo Bancário (Lei Complementar Federal nº 105/2001 e alterações posteriores). Código de Defesa do Contribuinte de Mato Grosso do Sul (Lei Estadual nº 2.211 de 08/01/2001 e alterações posteriores).

II – DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL

1 - Ciência do Direito e Direito Positivo. Direito objetivo e Direitos Subjetivos. Direitos potestativos, faculdades e interesse. Fontes do Direito. Princípios e regras jurídicos. Norma jurídica. Sistemas jurídicos. Direito Público e Direito Privado. A constitucionalização do Direito Civil.

2 - Lei de Introdução ao Código Civil. Aplicação da lei no tempo e no espaço. Interpretação, integração e aplicação das normas jurídicas. Antinomia e solução de conflitos de normas. Direito adquirido e expectativas de direito.

3 – Pessoas: pessoas naturais e pessoas jurídicas. Associações e fundações. Personalidade e capacidade. Desconsideração da pessoa jurídica. Personalidade e Direitos da Personalidade. Direitos da Personalidade e sua tutela. Ausência e curadoria dos bens do ausente. Sucessão provisória e definitiva. Do domicílio.

4 - Fatos, atos e negócios jurídicos. Existência, validade e eficácia. Classificações, defeitos, modalidades, forma e prova. Representação. Condição, termo e encargo. Teoria geral da nulidade e invalidade dos atos e negócios jurídicos. Atos lícitos e atos ilícitos. Abuso de Direito.

5 - Prescrição e decadência. Prazos. Prescrição, decadência e as entidades públicas. Causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição e da decadência.

6 – Teoria geral das Obrigações. Fontes das obrigações. Ato ilícito, contratos e atos unilaterais. Estrutura da relação jurídica obrigacional. Classificações das obrigações. Transmissão das obrigações. Efeitos das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações (modos direto e indireto). Inadimplemento das obrigações. As consequências do inadimplemento das obrigações. Caso fortuito e força maior.

7 - Teoria geral dos contratos. Princípios contratuais. A função social do contrato. Boa fé e o direito das obrigações e dos contratos. Formação dos contratos. Classificações dos contratos. Contratos típicos e atípicos. Espécies contratuais. Conexão e coligação de contratos. Extinção dos contratos. Teoria da imprevisão. Responsabilidade civil pré-contratual, contratual e pós-contratual. Evicção. Vícios redibitórios. Contrato preliminar.

8 - Responsabilidade civil: da obrigação de indenizar e da indenização. Teoria geral da responsabilidade civil. Espécies de responsabilidade. Responsabilidade contratual e extracontratual. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade por atos lícitos e ilícitos. Responsabilidade por atos próprios e de terceiros. Pressupostos da responsabilidade civil. Culpa e Risco. Excludentes da responsabilidade civil. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Dano e suas espécies. Fixação da indenização.

9 - Preferências e privilégios creditórios. Concurso de credores. As Fazendas Públicas Federal, Estaduais e Municipais. Insolvência, declarações e efeitos.

10 - Bens. Classificações. Bens públicos e privados. Bem de família. Impenhorabilidade de bens. Posse e possuidor. Classificações da posse. Aquisição e perda da posse. Efeitos e defesa da posse. Composses. Direitos reais. Propriedade. A função social da propriedade. Limitações impostas à propriedade. Propriedade mobiliária e imobiliária. Aquisição e perda da propriedade. Efeitos e defesa da propriedade. Condomínio. Condomínio edifício e propriedade em planos horizontais. Direitos reais de garantia. Direitos reais sobre coisa alheia. Enfitéuse. Servidões. Direito de superfície. Usufruto, uso e habitação.

11 – Direitos de vizinhança. Direito de construir. Compromisso (promessa) de compra e venda de bem imóvel. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Patrimônio de afetação. Registros Públicos. Lei n.º 6015/73. Incorporação. Parcelamento do solo urbano. Estatuto da Cidade. Alienação fiduciária de imóveis.



12 – Direito de família. Casamento: classificação, habilitação, requisitos formais, impedimentos, forma e prova, anulação, efeitos jurídicos. União estável. Divórcio e separação. Guarda. Relações de parentesco. Filiação. Adoção. Nascituro. Poder familiar. Regime de bens. Usufruto e administração de bens de filhos menores. Alimentos. Tutela e curatela. Infância e juventude. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90).

13 - Direito das sucessões. Sucessão em geral. Herança. Vocação hereditária. Sucessão legítima e testamentária. Inventário e partilha.

14 – Princípios e fontes do direito comercial. Unifica o do direito privado. Dos atos de comércio. Dos atos de empresa. Empresa. Empresário. Empresário individual. Fundo de comércio. Do estabelecimento. Nome, marca e outros sinais distintivos. Propriedade industrial. Registros públicos.

15 – Teoria geral do direito societário. Personalidade jurídica, preposi o e representa o. Desconsidera o da pessoa jurídica. Sociedades personificadas e não personificadas. Constitui o das sociedades. Do Sócio. Sociedade de fato. Direitos e deveres dos sócios. Responsabilidade patrimonial dos sócios e administradores. Administra o e rela o com terceiros. Dissolu o e liquida o das sociedades. Transforma o, incorpora o, fusão e cisão das sociedades.

16 – Sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Sociedades an nimas. Sociedade cooperativa. Sociedades coligadas. Sociedade nacional e estrangeira. Micro-empresa. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas.

17 - Dos títulos de crédito. Conceito, natureza e características gerais. Aval, endosso e aceite. Legisla o e tratados internacionais sobre títulos de créditos. Do protesto cambial. Tempo e lugar do protesto. Efeitos. Susta o. Prescri o cambial e sua interrup o.

18 – Dos contratos comerciais e suas características gerais. Contratos mercantis t picos e atípicos. Modalidades contratuais. Aliena o fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil (leasing). Franquia (franchising). Faturiza o (factoring). Consórcios.

19 – Recupera o judicial, extrajudicial e falência (Lei 11.101/05). Procedimentos da recupera o judicial, extrajudicial e falência. Administra o. Efeitos. Responsabilidade dos sócios e administradores. Extin o das obriga es. A Fazenda Pública nos processos de recupera o empresarial e de falência. Concordata. Intervens o e Liquida o extrajudiciais.

20 – Do Código de Defesa do Consumidor (Lei n   8.078/90). Rela o de consumo e sua caracteriza o. Sujeitos da rela o de consumo. Direitos do consumidor. Preven o e repara o de danos. Responsabilidade pelo fato e responsabilidade pelo vício. Desconsidera o da pessoa jurídica. Práticas comerciais. Práticas abusivas. Publicidade e propaganda. Teoria das Nulidades. Cobrança de d vidas. Banco de dados e cadastro de consumidores. Prote o contratual. San es administrativas. Defesa do consumidor em juízo e  nus da prova.  rg os de defesa do consumidor. A Fazenda Pública e o direito do consumidor.

GRUPO IV

I - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 - Teoria Geral do Direito Processual Civil. Normas processuais civis. Fontes do Direito Processual Civil. Aplica o e interpreta o da lei processual civil. Da norma processual no tempo e no espaço.

2 - Da Jurisdic o. Da competência. Do Processo. Da a o. Forma o, suspensão e extin o do processo.

3 - Do Juiz. Do impedimento e da suspei o. Das partes. Dos sujeitos especiais do processo. Do advogado. Do Ministério Público. Dos auxiliares da justiça. Do litisconsórcio. Da assistência. Da interven o de terceiros. Dos atos processuais. Forma, tempo, lugar, prazo e comunica o dos atos processuais. Das nulidades.

4 - Do processo de conhecimento. Do procedimento sumário. Do procedimento ordinário. Peti o inicial. Requisitos. Pedido. Antecipa o dos efeitos da tutela jurisdicional de mérito. A antecipa o da tutela de mérito em face da Fazenda Pública. Indeferimento da peti o inicial. Do julgamento liminar de improcedência: hipóteses e requisitos de cabimento.

5 - Da resposta do réu: prazo, contesta o, exce es, reconven o. Da revelia. Das providências preliminares. Do efeito da revelia. Da declara o incidente. Dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do pedido. Das alega es do réu. Do julgamento



conforme o estado do processo. Da extinção do processo. Do julgamento antecipado da lide. Da audiência preliminar. Do saneamento do processo.

6 - Das provas. Disposições gerais. Espécies de provas. Forma de produção das várias espécies de provas. Da audiência de instrução e julgamento. Provas a serem produzidas e forma de produção. Das alegações finais.

7 - Da sentença, seus requisitos e efeitos. Da coisa julgada e dos seus limites objetivos e subjetivos. Relativização da coisa julgada. Coisa julgada inconstitucional. Coisa julgada nas ações coletivas. Do reexame necessário.

8 - Da liquidação de sentença. Do cumprimento da sentença.

9 - Dos recursos em geral (Teoria geral dos recursos: noções gerais, princípios fundamentais, juízo de admissibilidade e de mérito, efeitos dos recursos e espécies). Da súmula impeditiva de recursos. Da súmula vinculante (Lei 11.417/06). Da repercussão geral (Lei 11.418/06) e dos recursos repetitivos (Lei 11.672/08).

10 - Recurso Extraordinário e Recurso Especial. – acho que dá para repetir e acrescentar Do pedido de suspensão de segurança, de suspensão de liminar e/ou acórdão e de suspensão de tutela antecipada (Leis 4.348/64, 5.021/1966, 8.437/92 e 9.494/97)

11 - Execução em geral. As diversas espécies de execução. Lei n.º 8.009, de 29 de março de 1990 (Impenhorabilidade do bem de família). Lei n.º 6830/1980 (execução fiscal).

12 - Execução contra a Fazenda Pública e Autarquias. Meios de defesa do devedor.

13 - Processo cautelar, medidas cautelares específicas, tutela inibitória e da Lei n.º 8.437/92.

14 - Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária.

15 - Procedimentos especiais regulados em leis esparsas ou pelo próprio CPC. A ação de desapropriação. Despejo e renovatória. Arbitragem. Ação civil pública. Ação de improbidade administrativa. Mandado de Segurança. Ação popular. As previstas no Código de Defesa do Consumidor. Ações possessórias. Ação rescisória. Ação Discriminatória. Ação de Usucapião. Ação Monitória. Ação anulatória, da “Querrela Nulitatis” e da Ação declaratória, inclusive incidental.

16 - A assistência judiciária. O Estatuto do Advogado.

17 - Garantias constitucionais do processo civil. Processo Civil nos sistemas de controle de constitucionalidade. O *habeas data*. Mandado de Segurança: individual e coletivo. Suspensão da segurança. O mandado de injunção.

18 - Controle jurisdicional da constitucionalidade das leis e atos do Poder Público. Arguição de Inconstitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

II - DIREITO DO TRABALHO

1 - Princípios e fontes do Direito do Trabalho. Conceito. Hierarquia. Conflitos e suas soluções. Princípios Peculiares do Direito do Trabalho.

2 - Relação de trabalho. Natureza jurídica. Contrato de trabalho. Caracterização da relação de emprego. Critério para a caracterização.

3 - Sujeitos da relação de emprego. Empregado. Conceito. Caracterização. Trabalhadores autônomos, avulsos, eventuais e temporários. Empregado público. Empregador. Conceito. Solidariedade de empresas. Sucessão de empregadores. Sucessão econômica no Direito do Trabalho.

4 - Contratos de trabalho. Definição. Denominação. Natureza jurídica. Objeto. Requisitos. Características. Nulidades. Efeitos. Elementos do contrato de trabalho. Período de experiência e contrato de experiência. Espécies de contrato de trabalho. Contrato por tempo determinado e por tempo indeterminado. Renovação. Conseqüências.

5 - Terceirização no Direito do Trabalho. Terceirização lícita e ilícita. Trabalho temporário. Entes estatais e terceirização. Responsabilidade na terceirização.

6 - Remuneração. Conceito. Formas de remuneração. Distinção entre remuneração e salário. Caracteres do salário. Salário e indenização. Adicionais. Princípio da igualdade de salário. Princípio da proteção do salário.

7 - Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Compensação. Prorrogação. Trabalho extraordinário, noturno, em regime de revezamento. Repousos. Intraornadas e interornadas. Repouso semanal e em feriado. Férias. Natureza jurídica. Período aquisitivo e concessivo. Duração. Remuneração Simples, dobrada e abono de férias.